

A conjuntura econômica internacional em 2005

Antonio Carlos Fraquelli

Economista da FEE.

Resumo

Neste artigo, o autor descreve o desempenho global a partir da análise da conjuntura econômica internacional vigente em 2005. O foco recai prioritariamente sobre o comportamento das economias dos Estados Unidos, da China, da União Européia e do Japão, que contribuíram decisivamente para que os resultados fossem alcançados.

Palavras-chave: conjuntura externa; economia internacional.

Abstract

In this paper the author introduces an analysis of the behavior of main advanced economies through 2005. In a world where global economic expansion remained last year, the main focus is devoted to the role of United State and China, leader economies at present healthy growth. The current situation leaves behind the crisis of the beginning of this decade. However, both U.S. current account and fiscal deficit and the Chinese exchange reform of last July are the main controversial subjects in the global economic agenda. The author focuses too, the restrictions Japan and EU economies face in their recoveries.

Artigo recebido em 19 jan. 2006.

Introdução

O ano de 2005 chegou ao final, e a economia internacional prosseguiu apresentando um desempenho razoável — embora localizado nos Estados Unidos e na China — depois do elevado nível de atividade econômica alcançado em 2004.

Houve uma desaceleração tênue do produto global, de 5,0% em 2004 para 4,3% em 2005, porém essa mudança já era esperada, conforme as previsões (Tabela 1) constantes no **Panorama Econômico Global** (PEG) de outubro passado, do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tabela 1

Crescimento real do PIB global, de economias avançadas e da China — 2002-05

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005
GLOBAL	3,0	3,9	5,0	4,3
Economias avançadas	1,6	2,1	3,6	2,9
Estados Unidos ...	1,9	3,0	4,3	3,5
Área Euro	0,8	0,5	2,2	2,2
Alemanha	0,1	-0,1	2,0	1,8
Japão	-0,3	2,5	4,4	2,3
China	8,3	9,1	9,0	7,5

FONTE: PANORAMA ECONÔMICO MUNDIAL. Washington, FMI, set. 2005.

Desde maio do ano recém-findo, quando a OCDE, que reúne 30 países industrializados, divulgou o seu panorama econômico, uma redução no ritmo de crescimento da atividade econômica entre as economias avançadas já era aguardada. Na verdade, as duas instituições — FMI e OCDE — trabalhavam com valores muito próximos: enquanto a última previa uma desaceleração das economias avançadas de 3,4% para 2,6% no crescimento dos países industrializados de 2004 para 2005, o primeiro trabalhava com uma diminuição de 3,6% para 2,9% em igual período. Também a ONU, através do documento **A Situação Econômica Mundial e as Suas Perspectivas**, publicado em junho, previu uma desaceleração econômica mundial de 4,1% (2004) para 3,25% (2005).

A economia dos Estados Unidos

O bom resultado alcançado no ano que encerrou, segundo o PEG, deve ser atribuído à liderança sino-americana. Os Estados Unidos, entre as economias avançadas, e a China, com crescimentos esperados de 3,5% e 7,5% respectivamente, teriam contribuído decisivamente para que o desempenho global se mantivesse em um nível expressivo. Todavia, no plano concreto, as previsões do FMI para os Estados Unidos confirmaram-se ao final do ano, porém o mesmo não ocorreu com relação à China, que registrou um incremento maior do PIB, em torno de 9,0% no último exercício.

Paralelamente à desaceleração econômica global durante o exercício de 2005, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) das economias avançadas permaneceu no mesmo patamar (2,1%) do ano anterior (Tabela 2). A pressão sobre os preços manteve-se concentrada nos Estados Unidos, em 2005, tendo em vista que o IPC de 3,0% ocorreu em 2004 e em 2005.

Por trás do registro do IPC elevado para os padrões dos Estados Unidos, o preço do barril de petróleo foi um dos fatores decisivos da ameaça da inflação sobre a atividade da maior economia do Planeta (PIB de US\$ 12,11 trilhões em 2005). Nesse sentido, convém lembrar que o preço do W. Texas negociado em Nova Iorque se elevou de US\$ 42,12 em 04 de janeiro para US\$ 57,27 em 1º de abril de 2005. Embora os preços tenham caído logo a seguir, do início de abril a meados de maio, um novo incremento ocorreu a partir de 19 de maio, quando o preço do barril se encontrava no patamar de US\$ 46,80. A pressão foi constante durante todo o

ano, pois, no final de agosto, o barril atingiu US\$ 70,85, um novo recorde para a ocasião.

Tabela 2

Índice de Preços ao Consumidor em economias avançadas e na China — 2002-05

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005
Economias avançadas	1,5	1,8	2,1	2,1
Estados Unidos	1,6	2,3	3,0	3,0
Área Euro	2,3	2,1	2,1	1,9
Alemanha	1,3	1,0	1,8	1,3
Japão	-0,9	-0,2	-0,1	-0,1
China	-0,8	1,2	4,0	3,0

FONTE: PANORAMA ECONÔMICO MUNDIAL. Washington, FMI, set. 2005.

Face aos níveis cada vez mais elevados do preço do barril e com o desenvolvimento da temporada de furacões — Rita, Katrina, Wilma, dentre outros — abalando a economia dos Estados Unidos, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) optou por aumentar em dois milhões de barris/dia o suprimento do ouro negro, suspendendo, dessa forma, o sistema de cotas vigente desde a época da Guerra do Golfo Pérsico, no início dos anos 90. A situação era delicada, porque as refinarias se encontravam próximas do limite de produção, enquanto a demanda avançava ininterruptamente, como decorrência do aquecimento da atividade econômica global. Nos Estados Unidos, a par dos enormes prejuízos causados pelos furacões — US\$ 200 bilhões para recuperar os estragos gerados apenas pelo Katrina —, houve um forte impacto sobre o consumo de energia, bem como sobre o consumo de combustíveis. Quanto à China, responsável por 40% do incremento da demanda mundial de petróleo, a OPEP e a Agência Internacional de Energia (AIE) previram, no final de julho, que o País iria reduzir a sua procura por combustíveis face à intransigência das autoridades locais em impedir o repasse dos aumentos do preço do barril aos preços no varejo.

A par de toda a instabilidade no mercado do petróleo, houve, em 2005, alterações de natureza política que abalaram, em parte, a confiança quanto às possibilidades de manutenção da atividade econômica global. Os ataques terroristas aos poços de petróleo no Oriente Médio, as eleições no Irã, em 17 de junho, com a vitória

de Mahmoud Ahmadinejad, um ferrenho adversário das posições de Washington, e a violência no Iraque ajudaram a manter um ambiente tenso junto às fontes de combustíveis internacionais. A propósito, Brafman (2005) lembra que o cientista político dos Estados Unidos Michael Klare identificou a presença de um estado de guerra permanente por causa dos conflitos em torno do petróleo.

Além da elevação do preço do barril de petróleo, a manutenção de um déficit fiscal crescente — US\$ 157 bilhões em 2002, US\$ 377 bilhões em 2003 e US\$ 412 bilhões em 2004 —, que desordenou as contas públicas norte-americanas, também contribuiu para gerar pressão inflacionária. A crítica das lideranças dos países industrializados sobre o Governo Bush foi tamanha que o Presidente se comprometeu a reduzir o déficit fiscal pela metade até o final do seu mandato, em 2009. Para o corrente ano, por causa do aumento das receitas públicas nos três primeiros trimestres do ano em curso, o déficit fiscal esperado de US\$ 427 bilhões ficaria reduzido a US\$ 333 bilhões, segundo informação divulgada pelo próprio Presidente Bush, na Casa Branca, em 13 de julho passado.

As pressões inflacionárias nos Estados Unidos levaram as autoridades a elevarem as taxas de juros ao longo de 2005. Depois de permanecer por um ano no nível de 1,0%, as taxas básicas da economia foram elevadas para 1,25% a partir de julho de 2004 e já alcançavam 3,50% em agosto de 2005. Mesmo assim, a inflação não cedia, pois o Índice de Preços ao Consumidor, que era de 0,5% em julho e em agosto, se elevou para 1,2% em setembro, o patamar mais alto desde 1980. Ao final de 2005, quando o Sistema de Reserva Federal mantinha a taxa de juros em 4%, os analistas econômicos discutiam se o FED havia chegado ao final do período de alta das taxas de juros, havendo quase um consenso de que a economia poderia prescindir de novos aumentos na taxa básica.

A manutenção das taxas de juros em níveis reduzidos e a criação de financiamentos imobiliários aqueceram o setor em demasia. O final da era Greenspan e a indicação de Ben Bernanke para o Sistema de Reserva Federal coincidiram com os valores recordes em que se encontra o déficit em conta corrente do País. Afóra o petróleo a pressionar o déficit comercial norte-americano, há superávits comerciais crescentes da China com relação aos Estados Unidos, que também foram alvo da atenção da agenda externa de Washington no ano findo. O financiamento das necessidades norte-americanas com as reservas asiáticas ao longo de 2005 — os chineses, por exemplo, compram excedentes de dólares em Beijin e adquirem títulos do Tesouro do Governo de

Washington — contribuiu para a manutenção do crédito fácil que alimentou a presença de uma “bolha” imobiliária no País. Em junho, as transações com imóveis usados atingiram 7,33 milhões de unidades em termos de totais anualizados, um número sem precedentes no desempenho do setor. Krugman (2005) afirma que, entre os primeiros trimestres de 2000 e de 2005, o preço da habitação se elevou em 50%. Quando os compradores julgarem que o ganho de capital está a perigo porque os preços dos imóveis não continuarão crescendo, rompe-se a bolha. Na prática, diz Krugman, “(...) o ar está começando a escapar da bolha...”.

Em meados do ano recém-findo, verificou-se que o dólar se havia valorizado frente a uma cesta de 30 moedas. Embora o fortalecimento fosse de apenas 3,6%, tratava-se do primeiro movimento dessa natureza desde a crise de 2001 e já repercutia nas vendas, nos resultados e nas exportações de muitas empresas.

A economia da China

Com a valorização da moeda verde, houve pressão de John Snow, Secretário do Tesouro norte-americano, sobre o Banco Popular da China (BPC) para que permitisse uma valorização do iuane, que estava ancorado ao dólar na cotação oficial de 8,276 a 8,280 iuanes/US\$ desde 1998. Em maio, as autoridades dos Estados Unidos fixaram um prazo até novembro para que Beijin flexibilizasse a sua política econômica, e tal efetivamente aconteceu em 21 de julho, quando o iuane passou a ser cotado em 8,11 iuanes/US\$, com valorização de 2,1%, e passou a ser balizado por uma cesta de oito moedas. O Congresso norte-americano lamentou a decisão do BPC, porque esperava uma valorização de 15% a 30%, mas o Banco tinha receio de que os fatos acontecidos nos anos 80 com o baht e o won se reproduzissem com a sua moeda. Em 10 de agosto, Xhou Xiaochuan, Governador do BCP, anunciou que a cesta de moedas para gerenciar o iuane seria formada pelo dólar, pelo euro, pelo iene e pelo won.

Mesmo com as reservas chinesas alcançando a expressiva soma de US\$ 711 bilhões (posição de junho), havia receio, por parte das autoridades, quanto à vulnerabilidade da economia local. No centro das preocupações, estava a fragilidade dos bancos, por causa da presença de empréstimos considerados créditos podres, realizados para empresas estatais e que já alcançavam um total de US\$ 200 bilhões. Nesse contexto, Beijin optou por preservar o controle de capitais — entra-

da e saída — até 2010 como uma forma de evitar que se repita no país os fatos ocorridos na Tailândia e na Coreia. Logo a seguir, em agosto, Washington reagiu e começou a negociar cotas voluntárias para conter os saldos comerciais que a China mantinha mensalmente com os Estados Unidos, como forma de pressão para compensar as perdas decorrentes da opção dos seus parceiros por uma flexibilização tão diminuta na cotação da sua moeda.

A economia chinesa, a quarta no *ranking* mundial (PIB de US\$ 2,15 trilhões em 2005), manteve-se extremamente aquecida mais uma vez. O Governo de Beijing iniciou, em abril de 2004, uma tentativa de desacelerar a sua economia, via limitação de empréstimos para investimentos, para um nível de 8,0% a 8,5%, mas não obteve qualquer êxito nessa iniciativa. Após uma década sem elevar os juros, as autoridades finalmente optaram por incrementar as taxas em outubro de 2004, mas os resultados foram inexpressivos. O aperto do crédito não conteve o avanço da capacidade de produção, que, em sua história recente, tem-se mantido em torno de 25%. Em 2005, o PIB cresceu 9,4% e 9,5% no dois primeiros trimestres, quando comparados ao dos mesmos períodos do ano passado. As exportações, e conseqüentemente a presença de megassaldos comerciais — US\$ 102 bilhões no ano findo —, de um lado, e a existência de investimentos volumosos — os grandes bancos de investimentos dos Estados Unidos mantêm analistas financeiros chineses — em ativos fixos, de outro, explicam parte desse notável desempenho chinês em 2005. A presença no mercado de aquisições — geladeiras, eletrodomésticos, computadores pessoais, monitores, televisores de tela plana, companhias de petróleo — também foi um fato marcante entre as iniciativas chinesas, em 2005. Na área financeira, os três maiores bancos estatais do País — Banco para a Construção da China (BCC), Banco da China (BC) e Banco Industrial e Comercial da China (BICC) — receberam forte aporte de recursos externos e estão, dessa forma, obtendo um novo *status* junto aos intermediários financeiros do País, seja pelo reforço de capital, seja pela própria experiência que os novos parceiros podem transmitir aos administradores chineses.

A inflação permaneceu baixa nos últimos 12 meses encerrados em novembro, não se confirmando, dessa forma, a previsão de 3,0%, constante no Panorama Econômico Global do FMI para 2005. Controlada a inflação, o País precisava encontrar uma forma para adequar o setor privado à realidade da globalização. A OCDE defendeu a necessidade de reformas que atingissem três pontos fundamentais: o direito de propriedade, a lei de

falências e a constituição de sociedades. Na verdade, a própria China pretendia mudar dando ênfase, a partir daquele momento, à redução das disparidades sociais.

A aprovação do 11º Plano Quinquenal 2006-11, no mês de outubro, priorizou a utilização das políticas públicas para deter a degradação ambiental e integrar a população rural no modelo de desenvolvimento. O resultado pretendido pelo Premiê Wen Jiabao com a realização do plano é a criação de uma sociedade harmoniosa em território nacional.

O País enfrenta ainda limitações de natureza ambiental, e, no exercício findo, houve revoltas, em um número superior a 70.000 manifestações, principalmente nos meses de janeiro, maio e setembro, entre camponeses e trabalhadores dos garimpos, por causa do impacto da extração de molibdênio, vanádio e magnésio, via lavagem dos minérios, sobre o curso dos rios e, conseqüentemente, sobre a produção agrícola. No Triângulo Dourado constituído pelas províncias de Sichuan, Hunan e Guizhou, onde estão concentradas imensas riquezas naturais, os proprietários das refinarias de vanádio viveram às turras com os residentes das aldeias, em virtude do efeito dos sedimentos expelidos pelos fornos sobre as produções de milho e de arroz. Os conflitos cresceram de importância, à medida que a população se revoltou, destruiu fábricas e colocou em risco o poder do Partido Comunista (PC), que hesitou em intervir, ao mesmo tempo em que arriscou perder o controle sobre os camponeses, que demonstram, a todo momento, que a nada temem.

Se o PC se mantém titubeante nos atritos que envolvem camponeses — 800 milhões de habitantes vivem em pequenas propriedades rurais —, o mesmo não ocorreu quando o Estado se viu ameaçado com a divulgação de notícias que se relacionassem à segurança nacional. Em março, houve restrição à prática da discussão por parte dos grupos universitários na rede, e, em setembro, o Governo baixou um pacote de censura à *internet*, regulamentando o setor e criando controle sobre os *sites* de notícias e de grupos de mídia que operam no País.

A economia da União Européia (UE)

Ao contrário do desempenho sino-americano, as economias da União Européia e do Japão permaneceram com crescimento econômico insuficiente em 2005 e com limitações de natureza política profundas. A econo-

mia cresceu muito pouco, e há uma imensa controvérsia para o ingresso da Turquia na UE. Há alerta com o avanço da gripe das aves, com o impasse no fornecimento do gás russo que abastece a Europa e com as novas denúncias de corrupção proliferam na Itália.

A União Européia repetiu, no último biênio, um crescimento do PIB de apenas 2,2%, ficando a Alemanha com um modesto incremento do produto de 1,8% em 2005. A inflação permaneceu sob controle — 1,9% na Zona Euro e 1,3% na Alemanha —, porém, mesmo assim, a lentidão das autoridades de Bruxelas em tomar decisões inviabilizou qualquer perspectiva de crescimento econômico mais forte.

Em 2005, após os franceses e os holandeses rejeitarem a Constituição europeia, os 25 países concluíram, em junho, que era melhor ampliar o prazo e criar um tempo para reflexão até que houvesse condições para a ratificação da Carta Magna. Na mesma época, outro ponto de discórdia, a Lei de Meios para o período 2007-13, mantinha-se sob impasse por causa dos incentivos orçamentários vigentes. A cúpula europeia concluída em 17 de junho terminou em fracasso, segundo a opinião do Presidente em exercício da UE, o Primeiro Ministro de Luxemburgo, Jean Claude Juncker. Ambos os fatos, a rejeição à constituição e a impossibilidade de gerenciar a crise no orçamento, contribuíram para a fragilização do euro, que desvalorizou 9% entre janeiro e agosto de 2005.

Em 7 de julho, a UE foi submetida ao ataque terrorista a Londres, com bombas no metrô e em um ônibus no centro da cidade. As bolsas europeias, que se recuperavam de forma surpreendente, caíram e fortaleceram a idéia de que a economia do bloco permaneceria desaquecida. Na ocasião, o Xetra DAX de Frankfurt, o CAC-40 de Paris e o FTSE 100 de Londres registraram quedas de 1,85%, 1,39% e 1,36% respectivamente. Os ataques da Al-Qaeda a Londres fragilizaram também a política externa de Tony Blair, que contestou, desde os primeiros momentos, a idéia de que a opção terrorista pela Inglaterra estivesse relacionada ao apoio britânico aos Estados Unidos nas guerras do Afeganistão e do Iraque. A posição do Primeiro Ministro inglês já estava seriamente ameaçada desde a frágil vitória do mês de maio, porém a firmeza demonstrada após o ataque de 7 de julho e o lançamento do plano antiterror deram um novo fôlego a Blair, que passou a merecer um paralelo, por parte do **The Times**, com Churchill. E, assim, de carta fora do baralho, transformou-se em uma liderança política nada desprezível. Em paralelo, em 29 de julho, Blair comemorou como uma iniciativa de uma grandeza sem precedentes o fato de o Exército Republicano Irlan-

dês (IRA) depor as armas e abandonar o terror após 35 anos de luta armada.

Passado o pânico dos ataques a Londres, a economia europeia manteve-se em ritmo de desaquecimento. Em 4 de agosto, o Banco da Inglaterra reduziu a taxa de juros básica de 4,75% para 4,50%, ao mesmo tempo em que o Banco Central Europeu (BCE), mesmo com pressão da Alemanha e da Itália para que os juros caíssem, manteve a taxa básica em 2,0%. Há dificuldade em tomar uma decisão de política monetária quando os países-membros seguem modelos tão distintos. A propósito, Wolf (2005) já havia identificado que há na Europa quatro modelos: o anglo-saxão, o nórdico, o renano e o mediterrâneo. Com esse pano de fundo, entende-se por que a Alemanha (modelo renano) e a Itália (modelo mediterrâneo) defendem uma opção, enquanto a Inglaterra (modelo anglo-saxão) pratica outra tese, e a Suécia (modelo nórdico) pode divergir de ambas.

Em agosto, o euro prosseguia em desvalorização e já registrava queda de 9% frente ao dólar. Assim, as exportações da Alemanha reagiram, principalmente após o avanço das encomendas realizadas às fábricas locais. O País, locomotiva do desempenho europeu, vinha de um longo período de crescimento insuficiente, o déficit fiscal atingiu nível recorde, a taxa de desemprego alcançou a casa de 11,6%, e a dívida pública para o final do ano estava estimada em 1,5 trilhão de euros. O Chanceler Gerhard Schröder havia perdido o voto de confiança no Parlamento, em julho, e, dessa forma, as eleições foram antecipadas. No início de setembro, as pesquisas mostravam que a aliança entre a União Democrata Cristã e a União Social-Cristã (CDU/CSU), com Ângela Merkel como candidata, havia perdido a grande vantagem que detinha sobre a Social-Democracia (SPD), liderada pelo próprio Schröder. No que diz respeito à economia, a candidata Ângela Merkel apostou em Paul Kirchhof, um professor de Direito de Heilderberg, que é, reconhecidamente, uma autoridade no tema do sistema tributário do País. Todavia, como Kirchhof era defensor da simplificação em matéria tributária, a social-democracia associou-o ao imposto único, criticou-o duramente, e o resultado contribuiu para que a diferença de 16 pontos percentuais entre as candidaturas do CDU e do SPD recuasse para apenas cinco pontos percentuais. As eleições chegaram em 18 de setembro, Ângela Merkel obteve 36,2% dos votos, enquanto Gerhard Schroeder recebeu 34% da preferência do eleitorado, e, com esse resultado, criou-se um impasse, a dificuldade de formar uma maioria. Caso a candidata conservadora fizesse uma coalizão com o Partido dos Democratas Livres (FDP) ou se o Chanceler

mantivesse a aliança com o Partido Verde (PV), mesmo assim, nenhum alcançaria a maioria necessária.

A solução foi partir para uma grande coalizão, concebida em 10 de outubro, encabeçada por Merkel e apoiada pela social-democracia. A nova chanceler propôs-se, dentre outras iniciativas, a reduzir o déficit do orçamento até o ano 2009, a aumentar a taxa de importações em 2%, a diminuir a contribuição previdenciária para os chefes de família, além de vetar o ingresso da Turquia na UE. Em contrapartida, a social-democracia assumiu oito ministérios, dentre os quais se destacam os de Finanças, Trabalho, Justiça e Relações Exteriores. A única certeza que se tem a respeito da grande coalizão é que ela terá imensa dificuldade em reformar a economia e em recolocá-la na retomada do crescimento econômico.

A economia do Japão

O FMI previu, em seu **Panorama Econômico Global**, que o Produto Interno Bruto japonês crescerá 2,3% durante o exercício de 2005. No ano anterior, o desempenho já havia sido mais forte, com um incremento do PIB da ordem de 4,4%.

Depois de uma década em que o País conviveu com recessões, estagnação, deflação e algumas recuperações incipientes, a economia japonesa fechou o primeiro semestre comemorando a queda da taxa de desemprego: de 5,3% no final de 2004 para 4,3% em junho de 2005. As autoridades japonesas pretendiam avançar nas reformas para reverter a conjuntura adversa do corrente decênio.

O Primeiro Ministro Junichiro Koizumi, do Partido Liberal Democrático (PLD), há quatro anos no poder, tinha, dentro do seu próprio partido, uma forte oposição à reforma dos correios, um órgão com 400.000 empregados, que, além das atividades convencionais de uma unidade dessa natureza, é a maior instituição no mundo a movimentar poupança e seguros da população. Em agosto, o correio operava US\$ 3,1 trilhões em depósitos, e o objetivo de Koizumi consistia em privatizá-lo. Numa primeira tentativa de atingir a sua meta, em 8 de agosto, o Primeiro Ministro não obteve êxito, e a sua iniciativa foi derrotada por 125 a 108 votos, fruto de uma aliança entre a oposição e políticos do próprio PLD. Não restou outra alternativa a Koizumi a não ser antecipar as eleições para 11 de setembro, oportunidade em que o Premiê deveria enfrentar a oposição do Partido Democrático do Japão (PDJ), além do “fogo amigo” do próprio PLD. No

centro dos debates, afóra a reforma dos correios, estavam a presença do exército no Iraque, o relacionamento com a China, a vaga no Conselho de Segurança da ONU, a queda na população e a necessidade de mudança no perfil demográfico do País.

Nas eleições de 11 de setembro, Koizumi obteve uma vitória expressiva. De um total de 480 cadeiras em disputa na Câmara Baixa, o Premiê obteve 290. Acrescidos os candidatos vitoriosos do Novo Komeito, que apoia Koizumi, o Governo deterá um total de 327 assentos. Dessa vez, o eleitorado fez-se presente, com maior frequência, ao pleito, e a situação venceu as eleições. Finalmente, em 14 de outubro, o Parlamento aprovou a privatização do correio, implicando separação dos serviços convencionais das atividades relacionadas à poupança, e abriu caminho para o avanço das reformas.

Considerações finais

A economia internacional realiza a transição para 2006 com imensos desafios. Depois dos resultados pífios da rodada Doha, é preciso preservar o ritmo de crescimento recente, porém há necessidade de que o incremento na atividade produtiva não se mantenha extremamente concentrado. Ao mesmo tempo, é fundamental que a pressão do preço do barril de petróleo sobre a inflação seja devidamente contida. O déficit externo dos Estados Unidos, um dos mais fortes desequilíbrios presentes na economia internacional, deveria ser parcialmente contido em sua trajetória perversa. O mercado de divisas deveria sofrer alguma interferência do G-7, caso contrário, haverá alterações nas expectativas de agentes econômicos, colocando em risco o crescimento global. Na União Européia, à medida que o grupo aumenta, a divergência de interesses cria um ambiente econômico cada vez mais complexo, tornando difícil o cumprimento de metas no orçamento; a demora na adoção de medidas de política monetária passa a produzir efeitos extremamente limitados sobre a economia do Velho Continente. Quanto ao Japão, é preciso urgência nas reformas, sem descuidar do mal maior que é a deflação. E a China? Bem, a China e o Consenso de Pequim — educação, inovação, distribuição e relacionamento externo — darão a forma, a nitidez e a perspectiva para o futuro próximo.

Referências

ATENTADOS matam 38 em Londres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 8 jul. 2005.

AUMENTAM as críticas à política externa de Tony Blair. **Valor**, São Paulo, p. A9, 18 jul. 2005.

BANCO da Inglaterra corta juros após 2 anos. **Valor**, São Paulo, p. C3, 5 ago. 2005.

BARBAJOSA, Alejandro. Mercado já vê barril a US\$ 80 em dezembro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B1, 5 jul. 2005.

BARKIN, Noah. Acordo leva Merke à chancelaria alemã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A16, 11 out. 2005.

BRAFMAN, Luciana. Disputa por petróleo leva a estado de guerra permanente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A20, 17 out. 2005.

CARMINOTO, João. Blair teve seu renascimento político depois dos atentados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A17, 22 jul. 2005.

CHINA anuncia moedas que compõem cesta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B13, 11 ago. 2005.

CHINA baixa novo pacote de censura à rede. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A14, 20 set. 2005.

CHINA quer menos expansão e mais igualdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B7, 7 out. 2005.

COM bancos fracos, China teme ataque e rejeita câmbio livre. **Valor**, São Paulo, p. A7, 26 jul. 2005.

CRÉDITO fácil infla bolha imobiliária nos EUA. **Valor**, São Paulo, p. A12, 28 jul. 2005.

DESACELERAÇÃO mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A2, 27 maio 2005.

DUZERT, Yann. Desafios do milagre chinês. **Valor**, São Paulo, p. A11, 27 jul. 2005.

ECONOMIA mundial desacelera e vai crescer 3,2% este ano, diz a ONU. **Valor**, São Paulo, p. A11, 30 jun. 2005.

ELEIÇÃO alemã acaba em impasse. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A10, 19 set. 2005.

ESTRANGEIROS investem nos bancos chineses. **Valor**, São Paulo, p. C8, 2005.

FRAGA, Érica. A China agora dita as regras. **EU & Valor**, São Paulo, p. 12-15, 2005.

FRAGA, Érica. Com “raiva”, Blair lança duro plano antiterror. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A15, 6 ago. 2005a.

GEREMEK, Bronislaw. As verdadeiras questões européias. **Valor**, São Paulo, p. A11, 18 jul. 2005.

HAWLEY, Charles. Escolha infeliz complica Merkel. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A22, 17 set. 2005.

IBISON, David. Eleição ameaça rumo diplomático japonês. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A1, 13 ago. 2005.

JAPÃO aprova privatização do correio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A33, 15 out. 2005.

KATRINA já afeta padrão de consumo de energia nos EUA. **Valor**, São Paulo, p. A11, 14 set. 2005.

KENNEDY, Simon. Dólar valorizado já afeta exportação de empresas dos EUA. **Valor**, São Paulo, p. A7, 12 jul. 2005.

KRUGMAN, Paul. Bolha imobiliária ameaça estourar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B11, 2005.

MAGALHÃES, Graça. Eleição alemã, futuro europeu. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 38, 18 set. 2005.

NOVO governo alemão herdará situação fiscal trágica. **Valor**, São Paulo, p. A9, 4 jul. 2005.

OCDE prevê crescimento forte da China “por um certo tempo”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B10, 17 set. 2005.

PANORAMA ECONÔMICO MUNDIAL. Washington, FMI, set. 2005.

PARLAMENTO veta reforma e Japão antecipa eleições. **Valor**, São Paulo, p. A9, 9 ago. 2005.

PEEL, Quentin. Alemanha em uma era assertiva. **Valor**, São Paulo, p. A11, 14 out. 2005.

SAMUELSON, Robert J. A “canonização” de Greenspan. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B7, 11 set. 2005.

SEPARATISTAS do IRA abandonam o terror. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A13, 29 jul. 2005.

A SITUAÇÃO econômica mundial e as suas perspectivas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B1, 21 set. 2005.

TREVISAN, Cláudia. China manterá controle de capitais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B9, 26 jul. 2005.

UE amplia o tempo de reflexão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A20, 17 jun. 2005.

VOSS, Stephen; EFSTATHIOU Jr., Jim. Opep suspende sistema de cotas e admite elevar oferta ao máximo. **Valor**, São Paulo, p. B8, 21 set. 2005.

WATT, Nicholas. Áustria é pedra no caminho da Turquia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A32, 1º out. 2005.

WOLF, Martin. Os modelos econômicos europeus. **Valor**, São Paulo, p. A13, 14 set. 2005.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Washington: FMI, Oct. 2005. p. 3.

ZUCKERMAN, Gregory. Atentados criam novo desafio a uma economia europeia em desaquecimento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B8, 8 jul. 2005.